

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM QUINZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE

-----Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, pelas vinte horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Informação do Provedor Municipal; (para conhecimento)-----

-----2. Relatório de Auditoria Semestral 2017 – Informação sobre a situação económica e financeira do Município de Porto de Mós; (para conhecimento)-----

-----3. Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos desde 28/03/2017 até 24/08/2017; (para conhecimento)-----

-----4. Regulamento para a atribuição de apoios à habitação degradada; (apreciação, discussão e votação)-----

-----5. Ginástica Sénior – participação às Juntas de Freguesia do Concelho de Porto de Mós; (apreciação, discussão e votação)-----

-----6. PROCESSO N.º 06/2017/11 - Cruz & Cordeiro, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização ou instalação da legalização e ampliação da Suinicultura, sita em Outeiro da Lapa - Azoio da freguesia de Pedreiras; (apreciação, discussão e votação)-----

-----7. PROCESSO N.º 06/2017/12 – SUIPEC – Agro-Pecuária, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização e ampliação (legalização) da Suinicultura, sita no lugar de Boeira da freguesia de Juncal; (apreciação, discussão e votação)-----

-----8. PROCESSO N.º 06/2017/13 - Emílio da Silva Neto, requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização e ampliação da unidade industrial de (fabrico de construções metálicas e telas transportadoras), sita em Covoadas - E.N. n.º 243, Corredoura, freguesia de Porto de Mós - São João Baptista e São Pedro; (apreciação, discussão e votação)-----

-----9. PROCESSO N.º 06/2017/21 - Construções Pragosa, S.A., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização da unidade industrial e de operação de gestão de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resíduos, sita em Cabecinhos, da freguesia de Porto de Mós - São João Baptista e São Pedro;
(apreciação, discussão e votação)-----

-----10. PROCESSO N.º 06/2017/22 - Candipetra, Stones de Portugal, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização e ampliação da fusão das duas pedreiras denominadas "Rosal n.º 3 e Pias Novas", sitas em Cabeça Veada, da União das freguesias de Arrimal e Mendiga; (apreciação, discussão e votação)-----

-----11. PROCESSO N.º 06/2017/23 - Extrarústico, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização da pedreira denominada de "Salgueiras", sita em Portela das Salgueiras – Arrimal, da União das freguesias de Arrimal e Mendiga; (apreciação, discussão e votação)-----

-----12. RETIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DO DIA 1 DE JUNHO DE 2017 REFERENTE AO PROCESSO N.º 06-6/2017 – REQUERENTE - Bentos – Indústria de Mármore, Ld.ª, requer a Declaração Fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da ampliação da exploração da pedreira n.º 6932, sita em Espinheiro, freguesia de São Bento, devendo constar que: Bentos – Indústria de Mármore, Ld.ª, requer a Declaração Fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da ampliação da exploração da pedreira n.º 6732, sita em Espinheiro, freguesia de São Bento; (apreciação, discussão e votação)-----

-----13. PROCESSO N.º 06/07/2017 – Sousa & Catarino, Lda. requer o Reconhecimento de Interesse Público Municipal, sobre a ampliação da pedreira para legalização da área de escombreira, sita em Cabeça Veada ou Vale Travesso, freguesia de Mendiga; (apreciação, discussão e votação)-----

-----14. PROCESSO N.º 06-10/2017 – Gabriel da Costa Pereira, requer o Reconhecimento de Interesse Público Municipal, sobre a regularização de uma atividade pecuária (bovinicultura), sita em Casais das Correias, freguesia de São Bento; (apreciação, discussão e votação)-----

-----15. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. (para conhecimento) -----

-----16. Avaliação do trabalho do mandato 2013/2017-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Antonio Pereira Carvalho (PS - Falta Justificada) Benvinda da Silva Cláudio Januário (PSD - Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados – Falta Justificada) Júlio João Vieira Carreira - PSD. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados fez-se substituir pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia, o senhor Paulo Jorge Melo dos Santos, portador do Bilhete de Identidade nº 9406453, e NIF 207635 323.-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, senhor Carlos Cordeiro, se os reparos que havia feito à ata anterior se encontram devidamente corrigidos, respondendo aquele que sim. Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS) pediu a palavra para referir que na página 445 da ata, onde se lê Virgílio Santiago, deve passar a ler-se Joaquim Santiago.-----

-----Não havendo outros reparos a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com uma abstenção**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE: -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----Antes de entrar no período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia disse que o Partido Social Democrata lhe pediu, que o ultimo ponto da ordem de trabalhos fosse colocado em primeiro lugar, ficando a constar como o primeiro ponto da ordem de trabalhos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, nesta conformidade, pôs à consideração do plenário essa alteração à ordem de trabalhos, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir. -----

-----Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):-----

-----Usando da palavra passou a perguntar ao senhor Presidente da Câmara se em Porto de Mós, os livros para o primeiro ciclo eram oferecidos às crianças ou se eram emprestados, pois a informação que tem é que, se por algum motivo os livros forem danificados, então os pais terão que os pagar, pelo que acha que nessa ótica, então os livros são emprestados e não oferecidos. -----

-----Continuou depois dizendo que não entende como é que, e não se recandidatando o senhor Presidente da Câmara, nesta altura estão a decorrer tantas obras, vendo-se constantemente passar camionetas da Câmara com materiais. Estando na política há mais de 30 anos, disse que não consegue entender o que se está a passar este ano.-----

-----Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):-----

-----Usando da palavra começou por dizer que não iria fazer qualquer balanço do mandato pois alguém da sua bancada o iria fazer. No entanto tendo o senhor Santiago dado o mote, iria continuar, comentando algumas obras que estão a meio e outras que não se sabe como é que irão acabar. Situando-se na Central, disse que já toda a gente percebeu que o empreiteiro não foi a pessoa mais bem escolhida para o efeito. O senhor Presidente da Câmara pode dizer que os concursos são assim, mas também podem ser feitos de outra maneira, dizendo achar que este poderia ter sido feito de outra maneira. Continuou dizendo que, depois de ler parte da legislação sobre os concursos, nomeadamente o Decreto Lei 18/2008, concluiu que há várias formas de se fazerem concursos. Não havendo dúvidas de que a adjudicação será pelo preço mais baixo, também lá se diz, no capítulo III, que os concursos podem ser limitados por prévia qualificação dos concorrentes. Na secção VII, também se diz que, estes por qualificação, se o concurso publico for por urgência, já não se pode aplicar o artigo 162º. Continuou dizendo que percebe que a Câmara se queira servir do mais barato, mas como se costuma dizer, o barato sai caro, e neste caso, se calhar vai sair muito caro. Segundo sabe, isto já estive na reunião de Câmara para anular a adjudicação à empresa, só que, lhe parece que a anulação daquilo tem outros efeitos, pois tratando-se de uma obra candidatada a fundos comunitários, que pode trazer um prejuízo muito maior.-----

-----Outra questão que levantou foi a questão do hotel. Disse ter pena, dirigindo-se ao senhor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara, que isto tenha começado pelas suas mãos e ao fim de catorze anos, não esteja resolvido. Disse ainda que essa situação já poderia estar resolvida. A Câmara tinha relativamente àquela obra uma garantia bancária de duzentos e cinquenta mil euros. Normalmente quando se aciona uma garantia bancária é para se minimizar o prejuízo resultante do facto em causa. Tendo a Câmara tido um prejuízo, e tendo recebido duzentos e cinquenta mil euros da caução, perguntou se este montante não bastava para comprar o hotel, nem que fosse para o deitar abaixo a seguir, porque afinal o imóvel foi vendido por um preço muito abaixo dos duzentos e cinquenta mil euros. Não foi essa a opção da Câmara. Referiu ainda que ficaria muito satisfeito se o Presidente lhe dissesse que ficasse descansado porque a obra amanhã iria arrancar, porque se trata de uma visão que não orgulha ninguém à entrada da vila.-----

-----Continuando, disse que ao longo do rio, há outra entrada da vila, passando a referir-se concretamente ao moinho de água que ali existia. Manifestou estranheza, que numa situação destas, em sete vereadores, só dois tenham votado a favor. Todos os outros vereadores se abstiveram porque não concordavam com o preço. Disse ainda que, se estivesse no lugar dos vereadores teria votado contra. Disse depois que analisou este assunto e as avaliações deste imóvel, reforçando que se está a falar de 700 m² que foram comprados por cento e vinte e cinco mil euros, mais o custo da demolição, o que significa que está a quase duzentos euros o m², quando todos sabem que a Câmara, os terrenos que comprou naquela zona, o mais caro foi a vinte euros o m², o que significa que se pagou por este imóvel, dez vezes mais. A Câmara baseou-se em avaliações, e não tendo a veleidade de afirmar se a avaliação está bem ou mal feita, há duas avaliações para aquele imóvel. Uma avaliação, para 300 m², sessenta mil euros, e o argumento da avaliação é que o terreno está num lote para construção. O princípio e a justificação que aqui está, é da responsabilidade do avaliador e nem sequer questiona isso, mas também faz o seu juízo das avaliações que os avaliadores fazem. Mas há 400 m² que estão como "*área verde de proteção, espaços verdes públicos realizados em mata a conservar*" – isto onde estava a casa antiga. Depois, a casa antiga, as construções que lá estavam, tem uma avaliação de dois mil e oitocentos euros e o terreno, de cinquenta e nove mil euros. A justificação é que, como está pegado com o outro, não pode ser inferior. O que pergunta é que, se quem decidiu isto, não achou estranho, que em zona verde e depois de ter comprado terrenos a quinze euros e a vinte o m², agora se vá comprar a duzentos euros o metro quadrado. Continuou dizendo que, para si, é estranha a votação dos vereadores e é estranho este custo, quando em 2008, este mesmo proprietário escreveu para a Câmara a propor vender este mesmo imóvel por trinta e dois mil e quinhentos ou trinta e sete mil e quinhentos euros, e a Câmara recusou comprar. Estamos a falar portanto de duzentos euros o m², que está lá hoje. A casa já lá não está, e isso é outra situação. Se formos ao longo do rio, verificamos que por detrás da Igreja de S. Pedro existem umas ruínas onde existe uma placa que refere "*ruínas do moinho de água*" e ali, dentro do Parque Verde, existia um documento histórico de Porto de Mós, porque Porto de Mós não tem apenas moinhos de vento,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também tinha moinhos de água, e a Câmara decidiu deitá-la abaixo. A decisão fica com quem a toma, mas que fique bem claro que ele não o faria. Terminou dizendo que lamenta esta situação e que lamenta este custo e depois, não querendo, mas tendo que o dizer, vê que o filho do proprietário deste imóvel nas listas de um concorrente de uma força política. Disse ainda que não quer pensar nada, mas acha muito estranho estes preços numa altura destas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para responder, dizendo haver aqui duas questões que não quer deixar passar em branco. Disse responder primeiramente a Joaquim Santiago, no que se refere às obras, porque quanto aos livros escolares a senhora Vereadora do Pelouro da Educação responderia. Assim, começou por perguntar àquele interveniente onde ele é que tem andado estes anos todos, porque todos os anos, durante os quatro anos do mandato tem havido obras em tudo quanto é sítio. Referiu-se depois à rotunda da Tremoceira, perguntando se é essa obra que está em causa, e dizendo que anda há três anos para conseguir que a mesma fosse construída e que se há obras em que faz gosto que fiquem concluídas é essa é uma delas, atendendo aos inúmeros acidentes com mortes que ali vinham acontecendo. Sobre os alcatroamentos disse que sempre foram efetuados, sempre houve obras nas escolas, pelo que está perfeitamente à vontade, pois se há coisa de que não pode ser acusado é de ter promovido obras eleitoristas. A única coisa de que o podem acusar é de ter um defeito grande enquanto Presidente da Câmara, que é gostar muito de obras. Disse ainda que sai orgulhoso por deixar o seu concelho ao fim de doze anos, dotado de excelentes escolas, de uma excelente rede viária e de uma zona industrial como nunca teve. Se hoje o concelho de Porto de Mós está em segundo lugar nos rácios da balança de exportações/importações, quando em 2006 estava em quinto, isso é fruto do trabalho, do dia-a-dia, e sente-se orgulhoso por isso. Quanto às camionetas da Câmara disse não saber a que obras se está a referir, mas todos os dias os camiões saem com diversos materiais destinados às mais diversas obras.-----

-----Dirigindo-se depois a Antonio Pires, o senhor Presidente da Câmara passou a dizer que este se esquece de uma coisa: a demolição daquela casa foi aprovada por esta Assembleia, logo por ele próprio. Aquela casa está no Plano de Pormenor da Várzea e nesse Plano a casa está a demolir. Aquela casa, além do mais, tem um ónus das Estradas de Portugal, do tempo do senhor "Mil Contos", pois era assim conhecido o proprietário original, que assinou um documento que rezava que se a casa tivesse de ser demolida por aquela entidade, não teria direito a indemnização. Disse esperar de Antonio Pires outro tipo de intervenção na última sessão desta Assembleia, mas vir aqui autoincriminar-se por ter aprovado a demolição daquela casa isso não esperava. E agora que a casa foi demolida está espantado com a situação. -----

-----Continuou dizendo que efetivamente algumas obras ficam a meio pois foram iniciadas neste mandato, mas serão concluídas no mandato seguinte. Uma das obras que faz gosto que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenha sido iniciada, esperando que quem vier a seguir tenha o bom senso de lhe dar continuidade, é a ampliação da área de localização empresarial. Disse deixar aprovados fundos comunitários para o efeito, no montante de dois milhões de euros.-----

-----Sobre a questão da Central, disse que aquela obra está sujeita a visto do Tribunal de Contas. Este Tribunal não visa obras que não tenham como critérios de seleção, o preço. Aquela empresa tem outras obras que ganhou, aqui perto, algumas delas. O caricato da situação é que neste momento se está em fase de rescisão do contrato, mas aquela empresa até pode vir a concorrer novamente num novo procedimento que venha a ser aberto. Concluindo, o Tribunal de Contas não visava a obra se não fossem estes os critérios de seleção. Mais, trata-se de uma obra participada, mas os fundos comunitários são até 2020, pelo que haverá tempo para fazer novo concurso, de a adjudicar e de a concluir.-----

-----Quanto ao hotel, trata-se de uma obra em que esteve na sua origem porque era vereador na altura. Trata-se de uma obra em que as coisas não correram bem por diversas razões, questões conjunturais também, diga-se de passagem, e que ainda hoje recebeu um e-mail do proprietário a dizer que vai vedar o espaço, porque não tem condições de segurança, dizendo pensar que no próximo mandato haverá condições para a obra ficar concluída. Agora há vicissitudes, às quais é completamente alheio. Disse depois que relativamente às edificações antigas naquela zona, a que dantes chamavam o Lagar do senhor Araújo, entrou na Câmara um projeto para requalificação. ---

-----Relativamente à referência que fez ao filho do proprietário do imóvel que foi adquirido pela Câmara para demolição, disse não saber quem é, nem sabe em que lista está e não lhe interessa saber, sendo uma consideração que não acrescenta nada e que rejeita liminarmente. Continuou dizendo que, em jeito de resumo, a questão da obra deu muito que falar, não percebendo porquê, principalmente porque estavam ali umas ruínas em muito mau estado, numa das entradas em Porto de Mós e curiosamente as pessoas que hoje mais reclamam são aquelas que aprovaram a demolição na altura certa. Sobre a questão do preço foram feitas avaliações. Disse ainda que havia promessas de alguém que, se fosse eleito, deixava recuperar, alguém da sua bancada que, em tempos, quando foi candidato à Câmara disse que se ganhasse as eleições a deixaria recuperar, admirando-se que essa pessoa, fizesse essa afirmação dado que mesmo que ganhasse as eleições não poderia violar um plano de pormenor, pelo que tal não seria possível.-----

-----Seguidamente tomou a palavra a senhora vereadora do Pelouro da Educação que, respondendo a Joaquim Santiago, sobre os manuais escolares do 1º ciclo disse que efetivamente Portugal está a seguir o exemplo do Canadá, ou seja, neste momento quem está a oferecer os manuais escolares é o Governo e não a Câmara e como tal, se eles são emprestados, se são dados, se se podem riscar ou não é uma gestão deles e não da Câmara. O que a Câmara mantém, neste momento, é o apoio aos materiais escolares.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):** pediu novamente a palavra dizendo que se calhar se expressou mal. Em relação às ruínas estão bem, e que fizeram bem em recuperar aquele espaço, realçando que está a falar das ruínas do moinho de água perto do passadiço. Disse ainda que também não falou em obras a meio, disse sim que há um concurso que vai arranjar problemas. Depois, em relação ao concurso disse ainda que, só se é a Câmara de Porto de Mós que não pode apresentar concursos com previa qualificação dos concorrentes, pois outras Câmaras fazem-no. Referindo-se ainda à demolição da casa, disse que, se naquele espaço não se podia fazer nada por força do Plano de Pormenor, não percebe porque é que a Câmara deu sessenta e dois mil euros por aquele espaço.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou ainda da palavra dizendo que, para evitar confusões, o anterior interveniente se esquece de mais um pormenor, a casa está prevista no Plano de Pormenor para demolir e está previsto no mesmo Plano a construção de blocos de habitação, dos quais a família Calado deu em tempos, por poucos m2 um cheque de trinta e tal mil euros ao proprietário para anexar um bocado do lote. Portanto, está prevista a demolição e está prevista na mesma zona a construção de lotes conjuntamente com o senhor Calado, cujo terreno é contíguo.--

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes passou a dizer que sendo esta a última sessão desta Assembleia Municipal, provavelmente alguns dos membros presentes não estarão no próximo mandato, desejando as maiores felicidades para todos.-----

-----Continuou depois, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, que na sessão de 25.11.2016 foi dito aqui, estando escrito em ata, que se a freguesia de Serro Ventoso desenvolvesse um projeto de requalificação da entrada da Mina da Bezerra, pagando a Junta de Freguesia o projeto a Câmara pagaria as obras. Manifestou interesse em saber o ponto da situação, perguntando se já há adjudicação, pois o projeto foi entregue, tem uma memória descritiva, tem um mapa de quantidades. Não tem um mapa dos valores mas a Câmara tem engenheiros e pode fazer isso com muita facilidade. Disse ter falado com a diretora do Parque Natural, que também abraça o projeto, portanto gostava de saber em que ponto está este projeto.-----

-----Em segundo lugar disse que queria aqui falar sobre o passeio dos idosos. Disse que em Serro Ventoso tiveram azar pois o autocarro avariou. O Município não resolveu o problema dizendo para o Presidente da Junta o fazer e lhe enviar a fatura. Ficou espantado quando alguém do Município lhe disse que apenas pagaria 50% do valor. Se o Município ia emprestar o autocarro, e este avariou, acha que deve pagar 100% da fatura.-----

-----Falou depois sobre a Central Termoelétrica, e já que o Presidente da Câmara disse que vai rescindir o contrato deu-lhe os parabéns por isso, mas resta saber se vai acionar a garantia bancária. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que não há prejuízo porque o financiamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está garantido. Mas o senhor Presidente também disse que havia uma majoração do financiamento, mais 10 ou 15% sobre aquilo que ia ser faturado até ao final do ano, se a obra atingisse uns certos prazos. Como esses prazos não serão atingidos, perguntou se esse financiamento estará comprometido e qual o prejuízo para a Câmara se esse financiamento não estiver garantido.-----

-----Continuou depois dizendo que há doze anos atrás, o senhor Presidente da Câmara, e bem, decidiu candidatar-se à Câmara Municipal e demitiu-se dos cargos que tinha, dando-lhe os parabéns por isso. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara passou a exemplificar com alguns nomes de autarcas que entretanto se têm vindo a demitir das funções que têm nessas autarquias em virtude de se irem candidatar ou por partidos diferentes ou listas de independentes, daqueles pelos quais haviam sido eleitos, em nome da seriedade e da ética política. Aqui em Porto de Mós nada disso se passa neste momento, perguntando qual a situação que justifica a ausência dessa seriedade política.-----

-----Em relação à casa da moagem, disse que nem sequer comenta porque se trata de um assunto deprimente, não lhe parecendo que este seja o “*timing*” correto para proceder daquela forma. A dois meses das eleições, fazer uma coisa destas, suscita a desconfiança de muita gente.----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Passou a dizer que na primeira sessão a que compareceu nesta Assembleia Municipal, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, uma das questões que levantou tinha a ver com a marcação de estradas que vinham dos lugares mais serranos daquela freguesia, tendo-lhe respondido o senhor Presidente da Câmara que ele tinha razão. Quatro anos volvidos, as estradas estão iguais lamentando que o problema não tenha sido resolvido, quando ainda por cima, não se trata de uma coisa de cento e vinte e cinco mil euros como a casa da moagem.-----

-----Outra situação que referiu, foi uma obra que a Câmara Municipal fez há algum tempo e cujos trabalhos ainda não foram concluídos, faltando a marcação de uma das estradas. Disse ainda que já alertou a Câmara para a deficiência na execução de um passeio e também para as tampas do saneamento mal acabadas, dizendo que gostaria de saber se a Câmara já pagou esta obra à empresa que a executou, e se sim, foi, em sua opinião, mal pago, porque se algum técnico da Câmara lá foi, verificou que o trabalho estava mal executado, querendo saber se isso foi tido em conta.-----

-----Outro assunto que abordou foi o facto de a Câmara Municipal de Lisboa, recentemente ter iniciado um processo para elevar a calçada portuguesa para património cultural e imaterial da humanidade, querendo saber se o Município de Porto de Mós está aberto a uma possível associação com o Município de Lisboa.-----

-----Passou depois a referir-se à situação da casa da moagem, dizendo que achou estranho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tanto rigor ao longo destes quatro anos, para com as Juntas de Freguesia que estiveram sempre um pouco manietadas quanto aos valores que lhes foram cedidos, perguntando se aquela casa não poderia ter sido conservada; se o senhor Presidente da Câmara não acha que o valor foi excessivo; se não acha que se abriu um precedente relativamente aos outros proprietários dos terrenos vizinhos ao saberem que se pagaram estes valores, que são dignos de uma Avenida da Liberdade em Lisboa. Continuou ainda dizendo que leu na ata da reunião de Câmara que a proposta foi apresentada pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, que foi uma das duas pessoas que votou favoravelmente, perguntando ainda, porque corria nas redes sociais, se o proprietário seria cliente do escritório de contabilidade do senhor Albino Januário. Disse ainda que se fosse esse o caso, se não acha que não deveria ter intervindo nessa votação? É a sua questão.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que a sua intervenção tem a ver com a preparação da candidatura da calçada portuguesa a património cultural e imaterial da humanidade da UNESCO. Não sabendo se Porto de Mós pensa fazer alguma coisa relativamente a isso ou não, pensa que se calhar está na altura de se fazer qualquer coisa desde já, diligenciando alguns contactos para que a marca de Porto de Mós ficasse associada a essa iniciativa.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Pedi a palavra para informar a mesa da Assembleia Municipal de que o Partido Social Democrata retira a confiança política ao membro Luís Manuel Coelho Almeida por razões conhecidas, pelo que deixa de fazer parte deste grupo municipal, não vinculando em nada esta bancada, apresentando requerimento à mesa.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes, passou a ler a seguinte intervenção: ---
-----"Hoje é a ultima Assembleia Municipal deste mandato, e a primeira depois de as listas terem sido entregues e aprovadas no Tribunal. Como deputada, tenho o poder-dever de não ficar indiferente ou calada, perante atitudes ou falta delas, na minha opinião estão inquinadas e acima de tudo porque acredito neste lema: "o maior dos erros é nada fazer por se achar que pouco ou nada pode ser feito". Quero hoje e aqui dizer aquilo que há muito devia ter sido dito, não por mim, mas não ficaria bem com a sua consciência se nada dissesse. Começo por fazer uma declaração de interesses e sublinho que sou a primeira a defender a democracia, a liberdade, a igualdade, a diversidade de ideias, o respeito pela diferença e conseqüentemente a multiplicidade de candidaturas aos vários órgãos autárquicos. É a democracia a funcionar na sua plenitude máxima pois ao povo cabe escolher. Também sou uma acérrima defensora da justiça social, do respeito e da ética. Na política, deve acima de tudo, existir igualdade, liberdade, respeito e ética. A ética na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

política deve ser praticada nas palavras mas também nas ações. Por isso refiro claramente que não é eticamente correto existirem candidatos, ditos independentes, que se mantêm em funções nos órgãos dos partidos pelos quais foram eleitos no mandato que finda e contra os quais agora concorrem nas eleições que se avizinham. Para que não restem duvidas, a falta de ética não está no facto de concorrerem a eleições para o mandato de 2017, por um movimento diferente. A falta de ética está em não suspenderem as funções ou demitirem-se do cargo no partido que representam atualmente, e agem como se este comportamento fosse correto. Mas não. Não é correto. Isto nem o comum dos mortais compreende. Em política não vale tudo, muito menos pisar o risco desta maneira por quem se auto intitula um acérrimo defensor da transparência, do respeito e do rigor. O que seria correto seria demitirem-se ou das funções que ocupam ou do lugar para o qual foram eleitos. Aí sim, haveria respeito e ética. Mas como é egoisticamente conveniente não o fazem pois dá jeito estar no poder. Não podemos ser autistas a tamanho erro e temos de dizer que o que está errado, está errado. Só é compreensível não querer deixar as funções para assim conquistar votos, facto que compromete e viola a ética. Atitudes assim, causam indignação, fazem denegrir a política e os políticos e provocam a descrença do eleitor em relação à própria classe política. A política sem ética adota necessariamente a máxima maquiavélica de que os fins justificam os meios, pois o que conta são os resultados. Mas atitudes assim são um mau exemplo que só causam descredito na política e afastam os eleitores dos eleitos. A política com ética como alguém diz, deve integrar a essência do estado democrático, a defesa da igualdade social, das liberdades e direitos individuais e sociais. A política com ética e dignidade, deve ser o compromisso dos homens públicos. Termino com uma citação de Eça de Queirós do livro "As Farpas": "O País perdeu a consciência e a inteligência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada, os caracteres corrompidos. A prática da vida tem como única direção a conveniência. Não há principio que não seja desmentido. Ninguém se respeita. Não há nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos, no entanto a intriga política alastra-se. O País vive numa sonolência enfastiada." Disse.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Começou por dizer que não estava para se inscrever neste período de antes da ordem do dia mas intuiu que o devia fazer. E estava certo disse. Continuou dizendo que "este comício político, perdão, esta Assembleia" não deixa de o espantar. De facto, falar de ética, arrogar-se à ética só em função de opiniões ou posições que são estritamente pessoais é espantoso, e depois fazer o que se faz hoje, aqui nesta Assembleia. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que começava pela famosa casa do "Mil Contos" perguntando que elementos históricos, valiosos, a própria arquitetura, essa casa possuía, excluindo o facto de estar prevista no Plano de Pormenor da Várzea a sua demolição. Mas há quem goste de prometer ilegalidades. Perguntou ainda quanto tempo funcionou como moinho de água, se o senhor Presidente o puder esclarecer. Aquela casa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

durante alguns anos teve uma placa a dizer "vende-se". Outra coisa que referiu dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, a propósito do valor, pedindo a intervenção, se tal lhe for permitido, dos senhores vereadores que se abstiveram na votação, para que dissessem hoje aqui se discordaram apenas do valor como consta da ata da reunião de Câmara, ou se a ata não corresponde à verdade e se os senhores vereadores manifestaram outras posições, e então é grave. Disse ainda ao senhor Presidente da Câmara, que gostaria de saber, como foi aqui sugerido de forma pérfida, mas que as pessoas devem concretizar, se esta compra por parte da Câmara e respetivo valor, é apenas um valor de fachada – e portanto alguém recebeu luvas – porque foi isso que foi aqui dito, apesar de não porem os nomes nas coisas. Quanto à casa do "Mil Contos" era isso que gostaria de saber. Quanto à Central, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se não foi trazido a esta Assembleia o conhecimento de que a empresa em causa havia ganho o concurso e que iniciativas houve por parte dos deputados municipais que pudessem indiciar que a empresa que ganhou o concurso publico, embora tenha ganho de acordo com a regra do menor valor, poderia estar numa situação em que lhe poderia ser aplicado outro critério das regras da contratação publica, como bem disse Antonio Pires, portanto o que quer saber é quantas vezes foi essa questão levantada. Ainda sobre a questão da casa do "mil contos" e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, e já que vai cessar funções, gostaria de saber se porventura, e dedicando-se a outra atividade, se conhece muitos terrenos naquela zona, e nomeadamente lotes urbanos a vinte euros o m2, porque é um excelente negócio.-----

-----Quanto à ética, disse que ela está na nossa prática diária. A ética está na forma como exercemos as nossas funções ou os nossos cargos, não está em pequenas manobras de fantochada para se dizer que se é eticamente ímpoluto.-----

-----Continuou dizendo que gostaria de felicitar o senhor Presidente da Câmara quanto ao Centro Escolar de Porto de Mós pela inauguração da 2ª fase e pela excelência da obra, não podendo deixar de o registar. Disse que a obra tem algumas coisas com que não concorda, nomeadamente o piso que está no exterior achando também que devia haver mais espaços verdes. Na parte destinada à pré-escola devia haver no espaço exterior uma caixa de areia, que considera ser uma mais-valia para os meninos.-----

-----Disse ainda que o senhor Presidente falou da casa conhecida como o lagar do senhor Araújo, pedindo que esclarecesse porque se falou que tinha havido umas cedências para alinhamento dos passeios e que a Câmara teria assumido uma qualquer requalificação do logradouro.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Carlos Cordeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, que até agora não viu projeto nenhum, referindo-se ao hipotético projeto da entrada da Mina da Bezerra. Disse ainda que, nesta altura o senhor Presidente de Junta ainda não teve a coragem de pegar no projeto e de lho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mostrar como seria natural que fizesse. Continuou dizendo a Carlos Cordeiro que, como ele sabe, quaisquer obras feitas na sua freguesia precisam de licença da Câmara bem como de parecer e licenciamento por parte do ICNF. Disse não saber de que projeto está a falar, pois nunca falou consigo sobre isso, apenas lhe tendo perguntado aqui um dia, se a Câmara estaria disponível para participar as obras na Mina da Bezerra, tendo-lhe respondido que sim, que a Câmara estava disponível. Até hoje o que viu sobre o projeto das Minas da Bezerra foi zero. Se tem o projeto exposto nalgum espaço da Junta de Freguesia, desconhece. O projeto tem de ser aprovado pela Câmara, tem de dar entrada formal nos serviços para ser instruído o processo de forma a depois poder vir a ser consultado o Parque Natural e as diversas entidades. Pelo menos, continuou dizendo, ficar-lhe-ia bem reunir com o Presidente da Câmara, para apresentar o projeto e discutir todos os pormenores a ele inerentes, como acontece com todas as Juntas de Freguesia, sem exceção.-----

-----Sobre a questão do passeio dos idosos, disse pensar que o senhor Presidente da Junta está a baralhar um bocado as questões. O passeio dos idosos da sua freguesia, são da sua responsabilidade. As Juntas de Freguesia é que em devido tempo, pensaram fazer uns passeios com os idosos das suas Freguesias. Disse depois que não é a Câmara que tem a obrigação de suportar esses custos, mas ainda assim empresta os autocarros quando possível. Neste caso, e como o autocarro avariou, o senhor Presidente da Junta é que tem de resolver o problema arranjando uma alternativa.-----

-----Disse depois que acha que esta Assembleia está nervosa hoje, perguntando se será porque vai haver eleições daqui a quinze dias. Pediu calma e dirigindo-se à bancada do Partido Social Democrata disse que foram tirar a confiança ao mais brilhante deputado desse partido na última sessão desta Assembleia, referindo "como é que a política é ingrata" pois trata-se de um homem que andou aqui a dar a cara com muito mérito e com grande dedicação ao partido.-----

----- Quanto à Central, disse já ter respondido mas que não se esqueçam de que a Câmara colocou a adjudicação dos trabalhos na Central em concurso público, obrigatório por lei. O empreiteiro reúne todos os requisitos exigidos por lei, não tendo a Câmara autoridade para o recusar. Neste momento o contrato com a empresa será rescindido por incumprimento.-----

-----No que se refere à seriedade política e ética política, disse, dirigindo-se à bancada do Partido Social Democrata, hoje, 15 dias antes das eleições, depois de andarem aqui quatro anos, é que vêm falar de ética e seriedade política. O que é que ele próprio há-de dizer quando um ilustre deputado dessa bancada lhe chamou aqui textualmente "ordinário", perguntando se isso é ética política e afirmando que é o Presidente da Câmara e que não aceita ser humilhado por ninguém. Quando um ilustre deputado desta Assembleia lhe chama "ordinário", ele ainda é o Presidente da Câmara, e sê-lo-á até 1 de outubro. Continuou dizendo que tem 65 anos e 40 de atividade política, ininterruptamente, sendo autarca desde 1977, e não recebe lições de ninguém, nem de ética nem de seriedade política. Isso sim é falta de ética e seriedade política, e a esse deputado sim, deveriam retirar a confiança política, pois acredita que não se revejam nesse tipo de atitudes. Agora, uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisa de que não o podem impedir, é que até dia 1 de outubro será Presidente da Câmara e assumirá as suas responsabilidades, como o fez há doze anos atrás, estando hoje satisfeito com o legado que deixa no seu concelho.-----

-----Respondendo depois a Luís Monteiro disse aceitar a sua intervenção, achando que está correta a sua preocupação, mas a Câmara de Lisboa em tempos declarou que iria arrancar toda a calçada em Lisboa, achando interessantíssima esta ideia de a calçada portuguesa ter esta distinção. Falando depois do BTT, disse não saber ao que aquele interveniente se está a referir. Sabe que o BTT teve grande impulso no tempo em que foi Presidente da Câmara da Batalha Antonio Lucas, mas que aos poucos foi perdendo força, tendo ocorrido em contrapartida, Campeonatos Nacionais em Porto de Mós, e não sabendo portanto a que se está a referir.-----

-----Terminou dizendo que se há coisas nesta Assembleia Municipal que, hoje, doze anos depois, se arrepende, foi o facto de ter chamado ao deputado Luís Almeida, demagogo numa sua intervenção. Foi talvez o seu momento mais triste como Presidente da Câmara, tendo-lhe posteriormente pedido desculpa.-----

-----A Olga Silvestre respondeu que efetivamente em política não vale tudo. Além do mais, deve ficar a amizade das pessoas, pelo menos a consideração e o respeito entre as pessoas, e se há coisa de que se orgulha é sair desta última sessão respeitando todos por igual, independentemente da cor política pela qual foram eleitos.-----

-----A Mário Cruz disse, relativamente ao moinho de água, que teve o cuidado de mandar fotografar a casa antes dela ser demolida, porque dentro da casa não estava nada, não havia turbinas, nem mós, estando tudo destruído lá dentro, sendo que em termos de património valia muito pouco ou nada. Como disse Mário Cruz, e bem, naquele terreno de acordo com o Plano de Pormenor há uma parte de lotes de construção, perguntando se em Porto de Mós se compram terrenos para construção a vinte euros o m², pelo que a demolição teve em vista a construção do lote.-----

-----Respondendo depois a Filipe Batista, Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, disse que tanto quanto sabe a estrada do Alqueidão foi marcada tendo sido também colocada na curva uma camada de antiderrapante. Quanto às obras mal executadas há uma receção que ainda não foi feita e há um prazo de validade para o fazer dizendo que se deve deixar passar algum tempo antes de se fazerem as verificações das obras dado que elas podem abater e só então se conseguem ver as deficiências das mesmas.-----

-----Continuou dizendo, na sequência da intervenção de Mário Cruz, que efetivamente Porto de Mós tem uma obra de excelência que é o Centro Escolar. A palavra excelência não é de sua autoria mas sim do Governo Português que apresentou um filme de obras que estavam a ser feitas em Portugal para mostrar aos gestores dos fundos comunitários em Bruxelas que as obras em Portugal estavam a ser executadas e a ser bem-feitas. Quanto à questão do piso disse que aquela acaba por ser a melhor solução porque não é escorregadio. Vão existir espaços verdes, não tendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido plantadas agora as árvores por não ser a altura ideal para o fazer. Vai haver uma caixa de areia, bem como um espaço destinado a hortinhas.-----

-----Quanto às cedências para passeios, disse que o projeto do lagar do senhor Araújo, está muito interessante e a única cedência prende-se com o facto de o promotor pretender mudar a posição da escada exterior da casa ocupando um cantinho junto do Parque Verde.-----

-----Usou depois da palavra o senhor Vereador Antonio José Jesus Ferreira respondendo à pergunta que havia sido formulada por Mário Cruz aos vereadores da oposição, dizendo que ao fim de quatro anos, foi na última sessão desta Assembleia do presente mandato que lhe solicitaram que interviesse, lamentando que a sua intervenção nesta Assembleia fosse por uma não questão. A declaração de voto que foi feita pelos vereadores da oposição está tão clara e simples que não percebe o que é que Mário Cruz não percebeu. Passou depois a ler a deliberação lavrada em ata da reunião de Câmara de quatro de maio do corrente ano: *"Tendo votado a favor o Presidente da Câmara, Senhor João Salgueiro e o Vice-Presidente da Câmara Senhor Albino Pereira Januário, tendo-se absterido os Vereadores, senhores Anabela dos Santos Martins, Rui Fernando Correia Marto, Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo, Antonio José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira, referindo que se abstêm não por não concordarem com o fim a que se destina a aquisição, mas sim, por discordarem do valor da mesma."*-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse querer referir-se ao facto de o Partido Social Democrata lhe ter retirado a confiança política através de Gabriel Vala. Continuou dizendo que, pelos vistos hoje o líder de bancada é Gabriel Vala dado que não está presente o líder de bancada Júlio Vieira. Continuou dizendo que foi, falando na falta de ética, que ele lhe quis tirar a confiança política. Ontem, eram dez horas da noite, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal é testemunha disso, ele estava à conversa com o senhor Gabriel Vala e com a Dr.ª Olga Silvestre. Não lhe foi dito nada sobre o facto de hoje lhe irem retirar a confiança política. Então, perguntou, onde está a falta de ética. É daqueles que ontem não tiveram a coragem de lhe dizer que hoje lhe iam retirar a confiança política ou é do ato que está a praticar de não se demitir, porque afirmou que não se demite, porque em quarenta anos de vida pública, em todas as instituições por onde passou nunca se demitiu, nem nunca enganou ninguém. Irá até ao fim no mandato para que foi eleito. Se lhe retiram hoje a confiança política, deviam ontem ter-lhe comunicado. Mas tendo ido ler o Regimento para saber se podia deixar de pertencer ao Grupo Municipal do PSD e se podia estar aqui como independente. Ora diz o Regimento da Assembleia Municipal que os grupos municipais, são no início do ano compostos, comunicados ao Presidente da Assembleia Municipal e têm um representante, representante esse que deve a qualquer altura apresentar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal as alterações dos grupos municipais que eventualmente venham a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acontecer. Até hoje, o representante do grupo municipal em que está inserido de há quatro anos a esta parte, não lhe perguntou, não o questionou se ele iria ou não sair, para ele comunicar ao Presidente da Assembleia Municipal. Assim, não é ele próprio que deve comunicar ao Presidente da Assembleia que sai do grupo municipal, mas sim o representante desse mesmo grupo, devendo para tal contactar com ele. Considera que se trata de um ato malicioso que Gabriel Vala quis aqui trazer no último dia de sessão da Assembleia Municipal, não vendo grande interesse mas do qual não estava à espera, sendo que a falta de ética começou logo ontem à noite quando nem Gabriel Vala nem Olga Silvestre de nada o informaram. -----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Vereador Albino Januário que depois de cumprimentar todos os presentes referiu que foi questionado diretamente pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia a quem responderá com muito gosto. Disse depois que, antes de mais ficou surpreendido por a sua candidatura estar a gerar tanto incomodo, o que pode constituir um bom sinal. Disse depois que o que aqui se passou foi muito sério, e dirigindo-se a António Pires disse que ele desceu baixo de mais na insinuação que fez, parecendo que não o conhece há mais de trinta anos. Para ficar claro, passou a esclarecer que acompanhou o negócio que foi realizado entre o município e o proprietário em causa bem como havia acompanhado a negociação que aconteceu há cerca de dez anos atrás e que não se realizou, apesar do proprietário ter já pago às finanças cerca de três mil e oitocentos euros pela transmissão do imóvel, porque esta bancada do PSD levou a que o mesmo se negasse a concluir a venda. No fim de se ter confirmado o negócio, no fim de ele ter pago três mil e oitocentos euros de imposto de selo pela transmissão do imóvel, foi esta bancada, com objetivos eleitorais e promessas que vieram a ser conhecidas mais tarde, que levaram o homem a recuar. E foi ele próprio, que conhecia de perto o chefe da repartição de Finanças que falou com ele, porque quando a transmissão do bem não é confirmada não é devido o imposto, tendo o proprietário – Filipe Fonseca Cordeiro - sido ressarcido do dinheiro que havia pago. Não gostou da sua atitude mas percebeu que a forma como havia sido pressionado o levou a isso. Anos depois – agora – o negócio concretizou-se, a bem do Município. Se houve alguém que recebeu dinheiro ou se alguém pertence às listas por influência do negócio, disse, dirigindo-se a Antonio Pires, que terá de perguntar à candidata da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, que se chama Lurdes Neto. Há uma coisa que disse sempre a todos que aceitaram o desafio de ser número um nas suas listas, que tinham luz verde para procederem à constituição dessas listas como quisessem e da maneira que quisessem.-----

-----Respondendo depois ao Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra disse que em tempos Filipe da Fonseca Cordeiro teve uma empresa, tendo-lhe assinado alguns balanços mas sem que ele fosse seu cliente, não tendo nunca recebido dele qualquer dinheiro. Assinou os balanços porque a pessoa que lhe fazia a contabilidade não estava habilitado para lhe assinar esses balanços, fazendo isso anualmente sem nenhuma contrapartida.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso)** pediu a palavra dizendo ao senhor Presidente da Câmara que ainda bem que lhe chamou a atenção para certos casos, pois foi exatamente isso que fez. O projeto foi apresentado nos serviços Câmara acompanhado com um ofício da Junta de Freguesia. Em relação ao passeio dos idosos, se quiser pagar o autocarro paga, se não quiser não paga, sendo certo, que se fosse ele pagaria. Disse depois que não lhe respondeu em relação à Central Termoelétrica quando lhe perguntou em relação à majoração do financiamento, se esta estava em causa ou não, e qual era o valor que estava em causa, em termos de prejuízo para a Câmara. Em relação à ética e seriedade, disse que lhe deu os parabéns pela sua atitude há doze anos, mas agora a atitude é que já não é a mesma, senão teria tomado já algumas diligências.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra)** usando também da palavra agradeceu a resposta do Vereador Albino Januário, referindo que tinha perguntado se achavam que o valor tinha sido acrescido não tendo sido respondido. Para ver quais as estradas a que se referia, convidou o senhor Presidente da Câmara a ver os últimos dois ou três ofícios que a Junta de Freguesia lhe enviou, dirigidos a si, verificando quais são as estradas e depois, pode ir com ele ver se as estradas estão marcadas. Referiu depois que o senhor Presidente afirmou que tinha lá posto uma camada de desgaste, dizendo que este não pode usar uma coisa que foi feita há quatro ou cinco anos como desculpa para as que deixaram de ser feitas, não tendo sido isso que lhe foi perguntado.-----

-----O senhor Vereador Albino Januário passou a responder a Filipe Batista dizendo que em relação ao preço foi esse que foi acordado, pois ele não vendia por menos. Tecnicamente, foram feitas as avaliações devidas. A Câmara, do seu ponto de vista, tomou ali uma boa opção mas o futuro dirá se é assim ou não.-----

-----Quanto a Carlos Cordeiro, disse que o senhor Presidente da Câmara está coberto de razão quando diz que o senhor não apresentou projeto nenhum, e é verdade. Já toda a gente percebeu que o senhor Presidente da Junta tem uma perspetiva pouco comum das coisas. Afirmou que lhe disse no seu gabinete que aceitava o que ele estava a entregar, mas que aquilo não era um projeto, não tendo sequer uma estimativa ou uma memória descritiva. Na Câmara Municipal não deu entrada nenhum projeto de requalificação da entrada da Mina da Bezerra. Carlos Cordeiro interveio dizendo que o senhor Vereador tem razão no que disse mas que refez aquilo e entregou nos serviços o projeto como deve ser.-----

-----**José Gabriel Pires Vala** pediu também a palavra para responder a Luís Almeida, dizendo que na ausência do líder da bancada Júlio Vieira é ele, que a representa. Em segundo lugar, quer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizer que ontem à noite quando estive com ele, esta decisão ainda não estava tomada. Em terceiro lugar e para terminar, esta é uma decisão político, não pessoal, que foi tomada pelo Partido.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, disse dirigindo-se a Luís Almeida que na situação que acabou de ocorrer este se manteria com deputado municipal, independente e sem estar integrado no grupo Municipal do PSD.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara passou a usar também da palavra apenas para dizer que o compromisso que assumiu com Carlos Cordeiro foi a Câmara suportar 50% dos custos com o autocarro. Sobre o projeto, reafirma que ele deveria ter tido a hombridade de, se entregou o projeto, pois não o viu, ter ido ter com ele como Presidente da Câmara para articularem as coisas a fim de se avançar com a obra.-----

-----A Filipe Batista disse que as duas grandes estradas alcatroadas na sua freguesia não foram há quatro nem há cinco anos, foram há meses.-----

-----Sobre o financiamento da Central o senhor Presidente da Câmara disse que a majoração não estará comprometida porque a verba que era necessário faturar até final do ano, já foi faturada.-----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PUBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir inscrevendo-se **Telmo Conceição e Avelino Vitoria Gomes.**-----

-----**Telmo Conceição:**-----

-----Disse que na sessão da Assembleia Municipal de junho de 2013 tinha demonstrado publicamente o seu ceticismo sobre a função de um órgão que foi criado, e que foi o Provedor Municipal. Disse esperar que, no ponto agendado nesta Assembleia, seja esclarecido e que gostava imenso que o seu ceticismo não fosse verdadeiro, porque durante estes doze anos, aproveitando para louvar a atitude do executivo na pessoa do senhor Presidente João Salgueiro, nunca teve qualquer dificuldade em ser recebido para a resolução de qualquer problema, tanto pelo próprio, como por qualquer serviço. -----

-----Continuou depois dizendo que está extremamente confuso com tudo o que se disse aqui, e com tudo o que se vem escrevendo sobre a casa da Ponte Vidal Homem. Disse que a si, o preocupa o futuro. Nos programas de candidaturas dos diversos grupos, está escrito que há intenção de ampliar o Parque Vitor Trigueiros Crespo para Sul. Isso obriga a que a Câmara Municipal adquira os terrenos. Por afinidade familiar, contactou vários proprietários, tendo obtido a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resposta de que, com esta ultima referencia (200 euros/m2), se sentem em igualdade de circunstâncias. Perguntou depois ao senhor Presidente da Câmara e à Assembleia Municipal qual a estratégia de consenso que se vai implantar para se chegar a bom porto. Disse ainda que queria alertar o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal que há uma casa em ruínas na sua freguesia, que é um perigo eminente, em frente ao Solar do Povo do Juncal, perguntando quais as medidas que foram tomadas junto dos proprietários com vista à resolução de tal situação, porque se houver invernos rigorosos aquela casa está em vias de ruir para a via pública.-----

-----**Avelino Vitoria Gomes** usou também da palavra referindo que já foi membro desta Assembleia Municipal durante diversos mandatos. Ultimamente não é frequente vir aqui, tendo vindo hoje com muito gosto, porque para si esta Assembleia tem um sabor especial, por ser uma assembleia de fim de mandato. Continuou dizendo que por a Câmara Municipal ser uma pessoa de bem, logo a função essencial do executivo é o bem-estar dos seus munícipes. Esse bem-estar constou de diversos programas pelo que tanto o senhor Presidente da Câmara como o seu Vice-Presidente terão algo para dizer: o que fizeram, porque fizeram e se alguma coisa ficou por fazer daquilo que foi prometido. Terminou parabenizando pelo esforço que fizeram para o bem dos munícipes do concelho de Porto de Mós.-----

-----Fez ainda menção ao cargo de provedor municipal, tendo duvidas de que o senhor Provedor tenha tido muito trabalho com este cargo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras do senhor Avelino Vitoria Gomes. Seguidamente, e respondendo a Telmo Conceição teceu algumas considerações sobre a casa que aquele referiu.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Informação do Provedor Municipal:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal usando da palavra disse que este cargo foi criado por esta Assembleia Municipal, tendo sido escolhida uma pessoa consensualmente, que neste caso foi o senhor Carlos Alberto Vieira da Rosa. Independentemente de haver uma situação de este cargo ter valor ou não ter, será a futura assembleia que terá que fazer essa avaliação decidindo se vale a pena continuar a existir essa figura. Assim chamou o senhor Provedor Municipal a fim de o mesmo transmitir a esta Assembleia o resultado do seu trabalho nessas funções, durante o ultimo ano, o que passou a fazer.-----

-----Assim passou a referir que as solicitações ao Provedor foram muito poucas conforme foi aqui referido pelo senhor Telmo Conceição, dado que o senhor Presidente da Câmara sempre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recebeu todos os munícipes que se lhe dirigem resolvendo as questões que lhe são colocadas. Terminou dizendo que se lhe perguntarem se se justifica a existência da figura do Provedor Municipal, diria que não, sendo a próxima Assembleia Municipal que decidirá soberanamente. Desempenhou estas funções com muito gosto, com o gosto de bem servir o concelho, que sempre o moveu, tendo procurado sempre fazer o melhor possível embora as questões que lhe iam chegando não tivessem grande relevância. Pediu depois que se procedesse ao embelezamento da rotunda no Alqueidão da Serra. Agradeceu a colaboração que sempre lhe foi dada tanto por parte dos funcionários, como da vereação e presidência.-----

-----2. Avaliação do trabalho do mandato 2013/2017:-----

-----Antonio da Conceição Ferraria (CDU):-----

-----Depois de cumprimentar todos presentes, passou a dizer que é função da Assembleia Municipal apresentar propostas, discuti-las e votá-las, e de todos os anos em que tem estado aqui na qualidade de membro desta, acha que a Assembleia Municipal cumpriu as suas funções. Independentemente da cor política de cada um, houve a preocupação dos senhores deputados e do executivo de fazer o melhor possível, sempre em prol do concelho de Porto de Mós. Disse que queria saudar todos e que a próxima Assembleia Municipal faça pelo menos tanto quanto esta fez.-----

-----Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):-----

-----Usando da palavra disse ser com gosto que faz o balanço da atividade dos deputados municipais nesta Assembleia Municipal, tanto mais que este mandato que agora está a terminar, corresponde à primeira vez que exerce esta função.-----

-----Desde já, disse que queria começar por prestar os mais sinceros agradecimentos às funcionárias da Câmara Municipal de Porto de Mós, que sempre fizeram o acompanhamento tanto nas sessões quer fora delas, facultando documentação e toda a informação necessária.-----

-----Disse depois que faz uma avaliação daquilo que é a Assembleia Municipal de Porto de Mós, sendo com alguma pena que diz que sentiu neste primeiro mandato que a importância deste órgão municipal está muito desvalorizada no seio da comunidade desconhecendo-se como é desenvolvida a sua atividade municipal, pensando que os próximos membros que aqui estiverem, devem repensar a forma mais eficaz de este órgão chegar aos munícipes.-----

-----Quando foi eleito sentiu recair sobre si a responsabilidade da representação dos munícipes de Porto de Mós, dos seus anseios e das suas expectativas. Projetava uma discussão profícua, combate político, afastando-se o mais possível das intrigas menores e das animosidades pessoais bem como jogos de antecipação e preparação de terreno para ambições individuais. Nesta qualidade nunca esteve nesta assembleia. Projetava discutir o futuro do concelho, propostas emergentes dos deputados municipais vinculando o executivo à discussão das propostas que daqui

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saíssem. Projetava, disse dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, uma liderança equidistante, serena e conciliadora. Quase todas as suas expectativas se revelaram, neste primeiro mandato, um pouco ambiciosas. De facto, não foram muitas as vezes que das discussões aqui travadas resultasse um conteúdo verdadeiramente valorizador para o concelho. Disse pensar que existiram demasiadas tricas. Existiram também algumas animosidades pessoais. E por isso, disse esperar que a próxima Assembleia Municipal possa ser diferente nestes aspetos. Das expectativas iniciais, a Presidência da Assembleia Municipal foi talvez a única que não lhe causou um pouco de amargo de boca, e por isso e desde já quer prestar os seus cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal pela forma como exerceu o seu cargo e desejar-lhe nesta última sessão os seus cumprimentos e maiores sucessos pessoais.-----

-----Disse depois que queria ainda dizer que estes quatro anos lhe trouxeram muito mais conhecimento do concelho e das suas gentes, dos seus problemas e anseios e como por vezes se diz em determinados momentos da vida, neste momento em que termina funções neste mandato, é que se sente verdadeiramente melhor preparado para começar a exercê-lo e a representar os portomosenses.-----

-----Não pode deixar de dizer que nestes últimos quatro anos, aprofundou também, fruto destas funções, amizades com vários outros membros da Assembleia Municipal, tendo ganhado até novos amigos, porventura, esperando que não, angariou algumas inimizades. Se assim foi, com certeza foram casos raros, pois por todos e independentemente das suas posições e ideias nutre um profundo respeito pessoal.-----

-----Com o aproximar das eleições, em plena campanha eleitoral, espera ser, tentará ser, sempre o mais correto e leal para todos, esperando o mesmo de todos. Disse esperar que a próxima Assembleia Municipal se revele mais participativa e mais participada. Mais próxima dos munícipes, mais atuante e efetiva com o próximo executivo que vier a ser eleito. Espera ainda que seja renovada e constituída por forças livres, de ideias representativas da comunidade. Resta-lhe terminar cumprimentar o senhor Presidente da Câmara João Salgueiro, que termina o seu mandato também, não se recandidatando, pela forma sempre leal como se dirigiu à sua pessoa e pensa que, ao resto da Assembleia. Apresentar também os seus cumprimentos aos vereadores que cessam funções, a todos sem exceções, dentro de poucos dias. Por último, apresentou os seus sinceros cumprimentos aos restantes membros da mesa da Assembleia Municipal pelo trabalho meritório que têm vindo a desempenhar. Terminou, apresentando os seus cumprimentos a todos os colegas desta Assembleia por todos nutrido um respeito profundo e amizades que aprofundou e outras que ganhou.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra):**-----

-----Iniciou a sua intervenção dizendo que foi a primeira vez que pertenceu a um órgão autárquico como Presidente de Junta e depois por inerência, pode participar nesta Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal. Disse depois que sente uma certa tristeza e que olhando para esta sala conclui que as questões que aqui são colocadas são pouco participadas perguntando como é que se quer que outras pessoas lhes deem valor. Disse ainda que ficou um pouco desiludido achando que os membros da Assembleia são pouco coesos e estão aqui afinal a representar todos os cidadãos do concelho. Entre si, reafirma, são pouco coesos, não tendo lutado por um concelho melhor, ou seja cada um quer o melhor para a sua freguesia, o seu lugar, não vendo o concelho como um todo. Disse ainda que trabalharam pouco em conjunto, dizendo que no início gostou imenso, quando lhe pediram para fazer parte de uma comissão para alterar o regimento da Assembleia, tendo-se sentido útil. Depois disso, nunca mais houve uma Comissão para debater o que quer que fosse que dissesse respeito ao concelho, coisa que o desiludiu. Referiu ainda que quando se chegava aqui sabia que não se iria decidir nada aqui. As coisas já estavam decididas, provavelmente nas reuniões de preparação dos partidos. Nunca aqui foi alterado algo, e podiam tê-lo feito. Disse ainda relativamente à Câmara que sempre foi recebido pelo senhor Presidente mas que apenas uma ou duas vezes foi convocado para reuniões de trabalho no âmbito dos contratos interadministrativos, achando pouco e achando que se poderia trabalhar mais em conjunto, tendo todos a ganhar com isso. Agradeceu ao Presidente da Assembleia e aos Secretários da Mesa que o coadjuvaram, às funcionárias que secretariam administrativamente, ao senhor Presidente da Câmara e respetiva vereação e a todos os colegas do plenário, dizendo ainda que gostaria que alguns deles participassem mais no debate.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, passou a ler a seguinte intervenção:-----

-----"Hoje, a ultima Assembleia deste mandato autárquico, é chegado o momento de fazer um pequeno balanço, uma reflexão destes últimos quatro anos. Foi um mandato fácil para este executivo, sem grandes perturbações e um pouco apagado, talvez por ser o ultimo deste ciclo que agora termina. Mas Porto de Mós não pode esperar. Agora já na reta final, como cheirava a eleições era necessário acelerar o passo e apesar dos atropelos e cambalhotas entre os parceiros de governo, foi necessário sair à rua e dizer às pessoas que, meus caros, estamos cá de novo, o que precisam de nós. Sempre igual. As pessoas já perceberam. É necessário haver eleições para despertar. É necessário haver eleições para se afirmar perante o eleitorado e correr atrás do perdido. É necessário haver eleições para se prometer tudo e a todos o que até aqui era impossível, ou por opção, ou por falta de orçamento. Agora sim. Basta pedir, basta informar que tudo será satisfeito, ou melhor, prometido. Como se isso não bastasse, temos dois candidatos à Câmara em exercício de funções até ao dia das eleições, disponíveis para comprar votos a qualquer preço, com o dinheiro publico. Temos um candidato que se considera auto gestor dos recursos financeiros do Município e se afirma como o homem do leme, que garantiu o equilíbrio das contas como se não fosse sua responsabilidade, de quem gere dinheiros públicos. Sempre que foram apresentadas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propostas pelo PSD, de ajuda às famílias, às empresas, da estrita competência do Município, sempre foram recusadas. O enfoque era simplesmente cobrar o máximo, fortalecer os cofres do Município e constituir depósitos a prazo. Investimento, planeamento, visão, pensar nas pessoas, projetar o concelho, isso não. Não era importante. Agora sim. Temos muito dinheiro porque poupámos, porque gerimos, porque taxámos as pessoas, porque agravámos os impostos, porque aumentámos a fatura da água, porque fizemos aprovar regulamentos inimigos das pessoas. Inovação, juventude, educação, saúde, turismo, cultura, tudo projetos adiados. Quanto à ação da governação da Câmara Municipal, muita coisa foi feita e muitas outras ficaram por fazer, mas o mais premente é que em pleno século XXI, não termos uma cobertura de rede de água e saneamento do concelho muito próximo dos 100%. Estamos muito aquém do desejado e depois de doze anos de governação socialista os candidatos que hoje ocupam as cadeiras deste partido vêm agora prometer a sua realização. As pessoas já não acreditam. Então porque não o fizeram durante doze anos? Por opção certamente. O povo é inteligente. Agora essas candidaturas estão muito preocupadas com as pessoas. Por que razão não aprovaram o IMI familiar, não devolveram o IRS aos portomosenses, não criaram bolsas de estudo, não acompanharam verdadeiramente as pessoas nas suas necessidades básicas. Não basta estar bem financeiramente, ter contas chorudas e ter pessoas que não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas, que não possuam água de rede nem saneamento. Enquanto houver um portomosense que não tenha possibilidade de oferecer uma refeição condigna aos seus filhos, que não tenha uma cadeira de rodas para o seu filho deficiente, enquanto um jovem não puder tirar um curso apesar de ser bom aluno, este não será um Município que pense primeiro nas pessoas. Não adianta prometerem tudo em campanha e parecerem que se preocupam com eles e depois estão bem mais preocupados com as obras de regime. Agora, também as duas candidaturas oriundas do Partido Socialista descobriram que afinal a galinha dos ovos de ouro do concelho é o turismo, quando pouco ou nada fizeram para o desenvolver e para colocar Porto de Mós nos primeiros lugares do ranking dos concelhos mais apetecíveis para viver. Também aqui não basta ter as contas em dia, ter depósitos a prazo e ter um saldo bancário de luxo e estar bem classificado no ranking financeiro. É preciso dar aos portomosenses qualidade de vida e este executivo podia tê-lo feito e não fez. É preciso apoiar os jovens, a criação de emprego, é preciso ser o pilar do turismo no concelho, é preciso atrair pessoas, mas não vou aqui exaustivamente referir o que deveria ter sido feito e não foi. Deixarei isso para o povo julgar nas urnas no próximo dia 1. Quanto à Assembleia Municipal, tem de melhorar no sentido de haver uma melhor articulação da mesa com os líderes de bancada. Os deputados devem ter melhores condições para exercerem o cargo para que foram eleitos. Deve haver uma maior participação de todos, preocuparem-se mais com as pessoas que os elegeram. Deve haver condições para uma maior participação do público. Tornar a casa da democracia, a Assembleia Municipal, mais produtiva e proactiva e não aprovar ou rejeitar o que é apresentado pelo executivo. Quanto ao senhor Presidente da Câmara, pessoa por quem tenho a maior consideração

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peçoal, ao longo destes mandatos, existiram várias divergências políticas. Mas em democracia é assim. Certamente o objetivo era o mesmo: o melhor para os munícipes, os meios ou a forma de o atingir, esses sim eram diferentes. Sendo certo que o PS, partido pelo qual foi eleito presidente, sempre teve a maioria na Câmara e nestes últimos dois mandatos na Assembleia, é também certo que sempre com a nossa bancada não concordou com as suas políticas ou de algum modo o contrariou. Nunca foi bem acolhido tendo até por vezes na resposta usado uma oralidade inflamada, não existindo para isso necessidade, pois é apenas uma questão de pontos de vista diferentes e de respeitar essas diferenças. Agora que está a terminar o mandato, em meu nome pessoal e em nome da sua bancada não posso deixar de lhe agradecer a sua dedicação à causa pública e de lhe desejar as maiores felicidades na sua vida pessoal e familiar. Quanto aos restantes elementos do executivo, vereadores, e principalmente aos vereadores do PSD, que agora também terminam esta jornada, o meu agradecimento em nome pessoal e em nome da bancada e partido que represento, pelo seu trabalho e dedicação, pelo amor à causa que abraçaram e por todo o esforço pessoal e familiar. O meu muito obrigado. Aos restantes colegas deputados e mesa, também a minha gratidão pelo companheirismo e dedicação a esta causa nobre pois é aqui, que, olhos nos olhos nos devemos sentir orgulhosos pelo trabalho que desenvolvemos e que prestamos à comunidade e aos portomosenses. Um bem-haja para todos. Muito obrigado.”-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para, de um modo geral agradecer as palavras que lhe foram dirigidas pelos anteriores intervenientes, querendo ainda deixar duas ou três notas. A primeira delas vai, com toda a sinceridade para o senhor Presidente da Assembleia Municipal, fazendo suas as palavras de Mário Cruz, referindo que sempre liderou esta Assembleia Municipal com serenidade e de modo conciliador, sempre se mostrando disponível e com grande lealdade, sempre colaborando com a Câmara Municipal, com grande frontalidade no desempenho da sua missão, dizendo-lhe que hoje, depois destes quatro anos o senhor é reconhecidamente um dos bons presidentes que passaram por esta casa. Ainda uma palavra de agradecimento a Vítor Louro e Lídia Semião, secretários da mesa da assembleia pelo bom desempenho demonstrado. Agradeceu ainda às funcionárias pela colaboração prestada.-----

-----Elogiou **Antonio Ferraria** pelo excelente discurso na apreciação final da Assembleia Municipal. **A Mário Cruz** agradeceu as palavras que lhe dirigiu. **A Filipe Batista** disse que apesar de algumas divergências ambos procuraram fazer o seu melhor em prol do concelho e ele concretamente em prol da sua freguesia. **A José Gabriel Vala** referiu que este disse bem quando falou em eleições para despertar, pois vê agora aí pessoas que já não via há vinte anos. Disse ainda que parece que o preocupa o dinheiro que há no Município de Porto de Mós, porque a si o que o preocupou quando tomou posse como presidente da Câmara era o Município estar completamente endividado, com uma dívida de doze milhões de euros e agora quando sai deixa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as contas completamente equilibradas. Se o preocupa o dinheiro que o Município de Porto de Mos tem, oxalá que, quem vier a seguir o saiba gerir como este executivo fez. Disse ainda que já agora, o discurso que se esperava de um líder político nesta Assembleia seria de outro tipo e não vir para aqui vir fazer uma campanha política. O que seria de esperar seria um discurso obviamente crítico, mas um discurso que tivesse a ver com este final de mandato, que o senhor não fez. Agradeceu por fim as últimas palavras que lhe dirigiu desejando-lhe uma vida tranquila daqui por diante.-----

-----Por fim, usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo que não iria fazer comentários políticos, pois quem está neste lugar deve ter a serenidade suficiente para desempenhar este cargo. Disse querer, como já toda a gente referiu, agradecer às funcionárias da Câmara que foram incedíveis nestes quatro anos, e ainda ontem falou nisso num debate com outros candidatos à Assembleia Municipal, que quando se fala em levar a realização das sessões para outros lugares do concelho, tem que primeiro se ver se as coisas são exequíveis ou não. Considera que tem de haver justificação para que isso aconteça e isso tem de ser a Assembleia a dizê-lo. Disse ainda que foi aqui dito que deveria haver mais intervenções esclarecendo que a Assembleia funciona como os seus membros quiserem. A comissão permanente funciona sempre que qualquer um dos membros o requeira, por motivo justificado. Dirigindo-se aos secretários da mesa, elogiou o seu trabalho dizendo não ser tarefa fácil, pelo que, quando se constitui uma mesa não deve ser por amiguismo político, mas pela competência demonstrada dos seus membros. Disse ter havido vinte e duas sessões desta Assembleia Municipal, umas mais calmas e outras mais agitadas, como a de hoje, tendo já todos admitido que pela altura do ano e do ciclo político ela teve esta natureza, mas e falando de si próprio, disse ter procurado cooperar com todos no sentido de essa cooperação promover a discussão. Ao senhor Presidente da Câmara disse ter sido um gosto ter trabalhado com ele e com o seu executivo, nutrindo grande amizade por ele desde antes de 2005, agradecendo-lhe o facto de o ter convidado para ser vereador, desejando-lhe as maiores felicidades pessoais e políticas. Quanto aos senhores Presidentes de Junta, que o convidaram sempre que acharam que a sua presença era fundamental, tendo procurado estar sempre presente, um agradecimento extensivo a todos sem exceção.-----

-----**2. Relatório de Auditoria Semestral 2017 – Informação sobre a situação económica e financeira do Município de Porto de Mós:**-----

-----Sendo um assunto apenas para conhecimento, o senhor Presidente da Câmara escusou-se de tecer comentários atendendo a que a respetiva documentação foi enviada a todos os membros da Assembleia, atempadamente.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**3. Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos desde 28/03/2017 até 24/08/2017:**-----

-----Igualmente, neste ponto da ordem de trabalhos e tendo a documentação sido rececionada pelos membros da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara escusou-se de tecer mais comentários, nada acrescentando ao que está plasmado dos documentos.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**4. Regulamento para a atribuição de apoios à habitação degradada:**-----

-----Usando da palavra, a senhora vereadora do pelouro da Acção Social, referiu que anteriormente apenas havia apoios com fornecimento de materiais para a requalificação das habitações próprias. Agora estabeleceram-se outras regras, sendo que é condição para que possam requerer o apoio terem a posse ou usufruto das mesmas há mais de dez anos.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra):**-----

-----Usou da palavra para colocar uma questão objetiva, pois a Junta de Freguesia também tem tentado ajudar um dos seus fregueses, tendo a própria Câmara Municipal também já contribuído nesse sentido, tendo-lhe respondido a senhora Vereadora do Pelouro da Acção Social, Rita Cerejo.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos, posto a votação, sendo o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

-----**5. Ginástica Sénior – participação às Juntas de Freguesia do Concelho de Porto de Mós:**-----

-----Usando da palavra, a senhora vereadora do pelouro da Acção Social fez a apresentação do presente ponto da ordem de trabalhos que consta da documentação atempadamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos, posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. PROCESSO N.º 06/2017/11 - Cruz & Cordeiro, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização ou instalação da legalização e ampliação da Suinicultura, sita**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em Outeiro da Lapa - Azoio da freguesia de Pedreiras:-----

-----Depois do senhor Presidente da Câmara ter apresentado o presente ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal que sugeriu ao plenário a discussão conjunta deste ponto e dos seguintes, por serem todos da mesma natureza e todos requererem o reconhecimento do interesse público municipal, sendo votados separadamente, o que tacitamente foi aceite pela Assembleia.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra referiu que uma preocupação que sempre tem é saber qual a decisão do executivo, referindo que irá ser coerente com o que sempre aqui disse e com o seu sentido de voto, votando favoravelmente todos os processos. Referiu ainda o facto de a documentação recebida referente ao processo de Gabriel Costa Pereira ter apenas duas assinaturas, o que por certo aconteceu por lapso.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usou da palavra dizendo que estas são situações que todos têm alguma dificuldade em votar levantando o problema das suiniculturas situadas perto de moradias.-----

-----**Antonio Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – IPP):**-----

-----Usou da palavra para falar da suinicultura que se situa na freguesia de Pedreiras, num local isolado, não oferecendo nenhum perigo para a saúde pública.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Manifestou também a sua preocupação perante a existência de tantos casos semelhantes dizendo que se iria abster, pois não sabe até que ponto se podem estar a beneficiar estas pessoas tendo a noção de que não tem competência para estar a julgar um caso destes.-----

-----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Relativamente a todos estes pedidos de reconhecimento de utilidade pública, disse que conhece muitas destas situações, quer das pedreiras quer das suiniculturas. Disse ainda que o setor pecuário tem estado a travessar uma crise gravíssima e que não deveriam ser os membros da Assembleia a arranjar mais dificuldades que aquelas que as pessoas já têm. Quanto às pedreiras, disse que irá votar a favor mais uma vez, tendo em conta que se trata da economia do concelho.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra disse que sempre se absteve nestes casos, e que iria manter essa posição.-----

-----**António Pires** pediu novamente a palavra dizendo que já foram aqui aprovadas suiniculturas. Disse depois que há uma coisa que leva sempre em conta e que é a aprovação da Câmara.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer que todas estas situações têm a ver com instalações existentes que estavam ilegais e que por virtude de alteração ou do PDM ou de outro instrumento de gestão territorial, passou a ser possível a sua legalização. Disse ainda que a Câmara não aprovou nada para vir aqui, apenas propõe em função de um critério que foi decidido, sendo que a competência é exclusiva da Assembleia Municipal. Disse ainda que a Assembleia Municipal apenas emite uma declaração sendo apenas um dos muitos documentos sobre os quais se irá pronunciar a comissão que procede à conferência decisória. O facto de a Assembleia Municipal aprovar não significa que em conferência decisória essas instalações possam vir a ser legalizadas. Assim trata-se de mais um documento que irá contribuir para uma melhor análise dessa comissão. -----

-----Quanto à pecuária de que aqui se falou, a mesma situa-se no limite do concelho existindo ali há muito anos e não tendo criado muito problemas. Foram detetadas algumas obras lá dentro, que estão ilegais e que empresário tem de legalizar.-----

-----Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos:-----

----- **6. PROCESSO N.º 06/2017/11 - Cruz & Cordeiro, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização ou instalação da legalização e ampliação da Suinicultura, sita em Outeiro da Lapa - Azoio da freguesia de Pedreiras, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 3 (três) abstenções e 20 (vinte) votos a favor.**-----

-----**7. PROCESSO N.º 06/2017/12 – SUIPEC – Agro-Pecuária, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização e ampliação (legalização) da Suinicultura, sita no lugar de Boeira da freguesia de Juncal, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 3 (três) abstenções e 20 (vinte) votos a favor.**-----

-----**8. PROCESSO N.º 06/2017/13 - Emílio da Silva Neto, requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização e ampliação da unidade industrial de (fabrico de construções**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

metálicas e telas transportadoras), sita em Covoadas - E.N. n.º 243, Corredoura, freguesia de Porto de Mós - São João Baptista e São Pedro, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 2 (duas) abstenções e 21 (vinte e um) votos a favor.**-----

-----9. PROCESSO N.º 06/2017/21 - Construções Pragosa, S.A., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização da unidade industrial e de operação de gestão de resíduos, sita em Cabecinhos, da freguesia de Porto de Mós - São João Baptista e São Pedro, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 2 (duas) abstenções e 21 (vinte e um) votos a favor.** -----

-----10. PROCESSO N.º 06/2017/22 - Candipetra, Stones de Portugal, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização e ampliação da fusão das duas pedreiras denominadas "Rosal n.º 3 e Pias Novas", sitas em Cabeça Veada, da União das freguesias de Arrimal e Mendiga, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria 2 (duas) abstenções e 21 (vinte e um) votos a favor.**-----

-----11. PROCESSO N.º 06/2017/23 - Extrarústico, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização da pedreira denominada de "Salgueiras", sita em Portela das Salgueiras - Arrimal, da União das freguesias de Arrimal e Mendiga, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria 2 (duas) abstenções e 21 (vinte e um) votos a favor.**-----

-----12. RETIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DO DIA 1 DE JUNHO DE 2017 REFERENTE AO PROCESSO N.º 06-6/2017 - REQUERENTE - Bentos - Indústria de Mármore, Ld.ª, requer a Declaração Fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da ampliação da exploração da pedreira n.º 6932, sita em Espinheiro, freguesia de São Bento, devendo constar que: Bentos - Indústria de Mármore, Ld.ª, requer a Declaração Fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da ampliação da exploração da pedreira n.º 6732, sita em Espinheiro, freguesia de São Bento, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria 2 (duas) abstenções e 21 (vinte e um) votos a favor.**-----

-----13. PROCESSO N.º 06/07/2017 - Sousa & Catarino, Lda. requer o Reconhecimento de Interesse Público Municipal, sobre a ampliação da pedreira para legalização da área de escombreira, sita em Cabeça Veada ou Vale Travesso, freguesia de Mendiga, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria 2 (duas) abstenções e 21 (vinte e um) votos a favor.**-----

-----14. PROCESSO N.º 06-10/2017 - Gabriel da Costa Pereira, requer o Reconhecimento de Interesse Público Municipal, sobre a regularização de uma atividade pecuária (bovinicultura), sita em Casais das Correias, freguesia de São Bento, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 3**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(três) abstenções e 20 (vinte) votos a favor.-----

-----**15. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia Municipal e esta mesma. Deixou no entanto algumas notas referindo-se concretamente ao início do ano letivo que decorreu normalmente, com a inauguração da 2ª fase do Centro Escolar de Porto de Mós. Disse depois que estão em fase de conclusão as obras na escola da Calvaria de Cima e estão a decorrer ainda algumas obras na escola de Mira de Aire, mas não obstante isso, o início do ano letivo decorreu muito bem. Referiu-se depois às obras de execução da Rotunda da Tremoceira que segundo os técnicos das Estradas de Portugal, está muito bem pensada e executada. Disse depois que a requalificação da envolvente das piscinas municipais está em contrato, tratando-se de uma obra financiada. Referiu que o mercado municipal de Mira de Aire está numa fase de concurso, estando ainda a decorrer a 2ª fase das obras de saneamento de Mira de Aire. Referiu depois que queria deixar aqui a atribuição de um voto de louvor aos três Corpos de Bombeiros do Concelho de Porto de Mós, extensivo a todos quantos colaboraram na extinção dos incêndios que tiveram lugar no concelho de Porto de Mós. Porto de Mós, disse, tem feito o trabalho de casa tendo uma área enorme limpa na serra, tendo sido feita com o intuito de proteção relativamente aos incêndios. Finalizando disse querer deixar uma nota sincera para com o executivo que o acompanhou ao longo destes quatro anos, porque tem tido da parte deles o maior apoio, incluindo os vereadores ditos da oposição, que tendo pontos de vista diferentes por vezes nos diversos assuntos, sempre colaboraram consigo com vista a arranjar soluções para a resolução dos problemas e portanto queria aqui manifestar publicamente a todos, o seu reconhecimento pelo trabalho desempenhado, pela sua lealdade, pela sua disponibilidade, pelos seus contáributos, que por vezes com os seus conhecimentos profissionais, foram incansáveis na tentativa dessa resolução, dizendo que o trabalho desenvolvido no Município não é seu, mas sim de todo o executivo, com quem partilha os bons e os maus resultados.-----

-----**José Gomes do Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a agradecer em nome da sua freguesia e em seu nome pessoal, toda a colaboração da Câmara Municipal durante estes quatro anos.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra passou a dizer que para João Salgueiro este é um ciclo da sua vida política que vai terminar. Depois de vários anos como vereador candidatou-se a Presidente da Câmara faz agora cerca de doze anos. Os resultados que atingiu enquanto Presidente da Câmara, em sua opinião superaram as expetativas, desenvolvendo um trabalho notório e de grande qualidade. Terminou dizendo que o Presidente da Câmara sai de cabeça levantada, querendo dar-lhe os parabéns pela forma como conduziu os destinos do concelho durante este tempo. -----

-----Relativamente aos seus colegas membros desta Assembleia destacou Antonio Ferraria e Mário Cruz por serem os únicos representantes dos seus partidos estando a trabalhar sozinhos. Terminou desejando felicidades a todos.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que antes das despedidas teria de voltar ao início do período de antes da ordem do dia para dizer que até parece que tudo o que se passou relativamente à casa na Ponte Vidal Homem, foi por sua causa, pedindo que não ponham na sua boca coisas que não disse, e dirigindo-se a Mário Cruz disse que não admite que ponha na sua boca aquilo que não disse. O que quis saber é como é que se compra por sessenta e dois mil euros quatrocentos metros quadrados de terreno que está em zona verde, tendo o senhor Presidente dito aqui que não se podia fazer lá nada. Em relação ao senhor Albino Januário, disse que tem por ele toda a confiança pessoal nunca a tendo posto em causa. Mas que lhe parece estranho que um negócio destes seja aprovado apenas por dois vereadores, e os preços muito mais. Disse ainda que se disseram ao senhor Vereador Albino Januário que ele disse algo, que lhe pede desculpa mas que nunca disse nada do que aqui foi referido. Que tem por ele a maior consideração pessoal, mas em termos políticos tem as divergências normais nestas situações. Disse ainda que anda na política desde 1979 e que nunca arranjou inimigos na política, esperando também que não seja hoje que isso aconteça.-----

-----Continuou dizendo depois que queria também ele fazer um balanço sobre o que foi esta Assembleia e este executivo. Disse que o que todos aqui fizeram foi tentar que o concelho ficasse melhor. Em relação ao executivo, disse que, se porventura faltou ao respeito a alguém apresentava a suas desculpas, pois nunca foi sua intenção faltar ao respeito a ninguém. Em relação aos colegas membros desta Assembleia, disse também que sedimentou aqui amizades e que as divergências ocorridas são apenas de natureza política. Agradeceu ainda às funcionárias o apoio prestado sempre que solicitado. Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Assembleia elogiou a forma como sempre dirigiu os trabalhos bem como o trabalho desempenhado pelos Secretários da Mesa.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, dirigindo-se a **Antonio Pires** disse que nunca assistiu aqui à ofensa do carácter. Aquilo que os motiva, são os atos das pessoas. Estando em política e é isso que está em questão.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Mário Cruz** pediu a palavra para dizer a Antonio Pires que compreende que na emoção do momento se diga algo que não se queria dizer.-----

-----**Hélder Paulino Ferreira (PS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, passou a dizer que faz agora sensivelmente vinte anos que se sentou pela primeira vez nesta Assembleia, estando em crer que será a última vez, pelo menos nestes próximos quatro anos. Disse depois querer agradecer ao senhor Presidente da Câmara ter trabalhado com ele ao longo deste tempo e mais proximamente nos últimos doze bem como as obras que este concretizou no concelho. Agradeceu as obras que estão a ser realizadas na sua freguesia e que sempre foram uma sua ambição – a remodelação total da escola do 1º ciclo e jardins-de-infância, o novo edifício e auditório da Junta de Freguesia e a ampliação do Centro de Saúde. Terminou dizendo que aprendeu muito aqui, fazendo referência a todos os Presidentes desta Assembleia Municipal com quem teve a honra de poder trabalhar. Referiu-se ainda ao executivo municipal a quem deu os parabéns por ter transformado o concelho num local apetecível que merece ser visitado.-----

-----**Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Usou também da palavra dizendo que na qualidade de Presidente de Junta cessante, não quer deixar passar o momento para desejar a todos as maiores felicidades e agradecer a todos os funcionários da Câmara sem exceção e a todo o executivo a colaboração que sempre mantiveram durante estes oito anos com o executivo da Junta de Freguesia a que preside.-----

-----**Antonio Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – IPP):**-----

-----Usando da palavra disse querer louvar o trabalho de todos, desde os colaboradores da Câmara Municipal, à Mesa da Assembleia e ao executivo municipal, agradecendo os trabalhos efetuados na sua freguesia. Disse depois que a assembleia de freguesia de Pedreiras na sua próxima sessão irá atribuir ao senhor João Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, um voto de louvor pelos serviços prestados por este executivo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a agradecer as palavras que lhe foram dirigidas e que muito o sensibilizaram. Disse depois que queria deixar uma homenagem sentida a todos os Presidentes de Junta achando que nesta última sessão da Assembleia Municipal deve ser dirigida uma palavra de reconhecimento pelo excelente trabalho, pela sua dedicação, pela sua disponibilidade 24 horas por dias à causa das suas freguesias. Disse que todos estão de parabéns e que o trabalho feito deve ser partilhado por todos, Juntas de Freguesias, Câmara Municipal e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputados Municipais.-----

-----**Vitor Louro Cordeiro (PS):**-----

-----Interveio para agradecer as palavras que lhe foram dirigidas, achando infundados os elogios que foram feitos. Disse depois que gostou muito de estar aqui nestes vinte anos que aqui passou. Considerou que os mandatos de João Salgueiro são sem sombra de dúvida superiores a todos os outros que por aqui passaram, sendo para si um orgulho ter colaborado para que assim fosse, desejando os maiores sucessos a todos.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 4. *Regulamento para a atribuição de apoios à habitação degradada*; 5. *Ginástica Sénior – participação às Juntas de Freguesia do Concelho de Porto de Mós*; 6. *PROCESSO N.º 06/2017/11 - Cruz & Cordeiro, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização ou instalação da legalização e ampliação da Suinicultura, sita em Outeiro da Lapa - Azoio da freguesia de Pedreiras*; 7. *PROCESSO N.º 06/2017/12 – SUIPEC – Agro-Pecuária, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização e ampliação (legalização) da Suinicultura, sita no lugar de Boeira da freguesia de Juncal*; 8. *PROCESSO N.º 06/2017/13 - Emílio da Silva Neto, requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização e ampliação da unidade industrial de (fabrico de construções metálicas e telas transportadoras), sita em Covoadas - E.N. n.º 243, Corredoura, freguesia de Porto de Mós - São João Baptista e São Pedro*; 9. *PROCESSO N.º 06/2017/21 - Construções Pragosa, S.A., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização da unidade industrial e de operação de gestão de resíduos, sita em Cabecinhos, da freguesia de Porto de Mós - São João Baptista e São Pedro*; 10. *PROCESSO N.º 06/2017/22 - Candipetra, Stones de Portugal, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização e ampliação da fusão das duas pedreiras denominadas “Rosal n.º 3 e Pias Novas”, sitas em Cabeça Veada, da União das freguesias de Arrimal e Mendiga*; 11. *PROCESSO N.º 06/2017/23 - Extrarústico, Lda., requer o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, na regularização da pedreira denominada de “Salgueiras”, sita em Portela das Salgueiras – Arrimal, da União das freguesias de Arrimal e Mendiga*; 12. *RETIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DO DIA 1 DE JUNHO DE 2017 REFERENTE AO PROCESSO N.º 06-6/2017 – REQUERENTE - Bentos – Indústria de Mármore, Lda., requer a Declaração Fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da ampliação da exploração da pedreira n.º 6932, sita em Espinheiro, freguesia de São Bento, devendo constar que: Bentos – Indústria de Mármore, Lda., requer a Declaração Fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da ampliação da exploração da pedreira n.º 6732, sita em*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Espinheiro, freguesia de São Bento; 13. PROCESSO N.º 06/07/2017 – Sousa & Catarino, Lda. requer o Reconhecimento de Interesse Público Municipal, sobre a ampliação da pedreira para legalização da área de escombreira, sita em Cabeça Veada ou Vale Travesso, freguesia de Mendiga; 14. PROCESSO N.º 06-10/2017 – Gabriel da Costa Pereira, requer o Reconhecimento de Interesse Público Municipal, sobre a regularização de uma atividade pecuária (bovinicultura), sita em Casais das Correias, freguesia de São Bento; tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 00.30 horas do dia 16 de setembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

